

O PENSAMENTO DE CASTELÃO NO SEMPRE EM GALIZA: PORTUGAL

O Sempre em Galiza que retrata a praxe e o pensamento político de Daniel Rodrigues Castelão é uma magnífica e perdurável mostra mas não é tudo.

Em primeiro lugar porque é a luta do povo galego na sua dimensão coletiva focada no Estatuto de Autonomia negado à Galiza pelos Governos republicanos mesmo no exílio sem sabermos ainda hoje quem foi o responsável da ocultação do documento.

Em segundo lugar porque no Sempre em Galiza se data em 1935 o Adro e o Livro IV em 1947, pouco mais de dois anos antes da morte de Castelão em 7-I-1950. São portanto doze anos de praxe e pensamento de Castelão retratados no Sempre em Galiza. Mas antes de 1935, Castelão nascido em Rianjo em 1886, aderiu em 1912 ao movimento Liga Agrária de Acción Gallega, dirigido por Basílio Alvares – tinha 26 anos. Em 1914 sofre um desprendimento de retina; operado recupera parte da visão.

Em 1916 é dos criadores da Irmandade da Fala na Ponte Vedra e assinante do Manifesto da I Assembleia Nacionalista de Lugo em 1918 que no artigo 1.º do apartado II Problemas Constituintes reivindica «Autonomia Integral» para a Galiza do mesmo jeito que Castelão acaba em 1947 o Sempre em Galiza com quatro pontos, o primeiro dos quais: «Autonomia Integral de Galiza» para federar-se com os demais povos de Hespanha.

No artigo 4.º do apartado II Problemas Constituintes do Manifesto de Lugo reivindica-se «Federação da Ibéria». No 5.º «Dentro desta federação, igualdade de relacionamento com Portugal». No 6.º «Acreditando no acidental das formas de governo interessa-nos esclarecer que não apelamos por nenhuma, mas simpatizaremos desde logo com aquela que se amostre mais doada para chegar à federação com Portugal». No 7.º «Ingresso das nacionalidades da Ibéria na Liga das Nações».

Evidencia-se que na Assembleia Nacionalista de Lugo foi contemplada favoravelmente a UNIÃO da Galiza com Portugal evitando um pronunciamento em favor da república como forma de governo. O qual é impossível em 1947. Os restantes três pontos de Castelão no final do Sempre em Galiza definem-se com república: b) República Federal Hespanhola para federar-se com Portugal; c) Confederação Ibérica para ingressar na União Europeia; d) Estados Unidos de Europa para constituir a União Mundial.

Na proposição lida por António Vilar Ponte na Assembleia Nacionalista de Lugo define a «Autonomia Integral da Galiza» tão funda como verdadeira Independência de Estado Nascente e considera que a Galiza com Portugal formam nação completa, UMA ÚNICA NAÇÃO. E considera o português como o galego nacionalizado e modernizado. Considera o idioma português como o mesmo idioma que o galego.

Na mesa Presidencial da Assembleia de Lugo estiveram: Lousada Dieguez – Villar Ponte – Penha Novo – Banet Fontenla – Quintanilha – Cabanilhas – Castelão – Taibo – Lopes Abente – G. Cedrão – Culebras.

Os assistentes à Assambleia:

A. Lousada Diéguez; V. Risco; A. Noguero; J. Quintanilha; M. Banet Fontenla; R. Cabanilhas; D. R. Castelão; L. Lopes Abente; V. Taibo; V. Parateha; A. Villar Ponte; J. Ferreira; L. Penha Novo; L. P. Carvalha; J. Culebras; E. Bidegain; F. Vasques Henriques; G. Cedrão; F. M. Balboa; J. V. Biqueira; R. Blanco Torres; Rodrigues de Vicente; Ivo Fernandes; Correia Calderão; R. Villar Ponte; L. Ares; A. Ramos; S. Mosteiro; J. Ares; J. Penha; L. Briones; Dias Varela; P. Penha Novo; Sanches Taíz; J. Faraldo; V. Veiga; C. Monasterio; J. Sarmento; L. de Lavra; R. Ogea; C. Garcia Colmelo; R. Guterres; J. Garcia Colmelo; F. Avelaira; A. Casal; T. Rodrigues; F. Samora; V. Maceiras; A. Martins; I. Rodrigues; J. Robles; R. Carvalhal; R. Areses; E. Charlão; M. Sanches Ermida; T. Amador; M. Vasques; B. Varela; I. A. Garaloces; X. Basteiro; E. Lence-Santar Guitiño; V. Casas e J. Monteiro Mejuto.

À Assembleia de Lugo que aprovou este Manifesto assistiram 63 representantes de todas as Irmandades; estiveram representadas 67 sociedades agrárias, cinco centros culturais; e aderiram cinco federações agrárias, onze Concelhos, mais de 49 associações e inúmeras personalidades da Galiza.

Embora não se cite assistência de organizações proletárias, pode ser afirmado que nos começos desse século fora criada a União Operária Galaico-Portuguesa.

Dos 63 assistentes, E. Charlão e M. Sanches Ermida eram ebanistas, trabalhadores da madeira. O resto eram intelectuais dos quais foram vítimas do genocídio nazi-franquista os que se seguem:

1. Arturo Noguero Bujão, «passeiado» e fuzilado em 12-IX-1936 junto com outras doze pessoas no Cemitério de Serantes (Ferrol) onde permanecem os seus restos numa vala comum «intocável» na atualidade.
2. Jaime Quintanilha Martins, «passeiado» e fuzilado em Ferrol em 18-VIII-1936. Os seus restos desaparecidos.
3. Luís Peres Carvalha, coronel médico da Armada, condenado em Conselho de Guerra presidido pelo vice-almirante Tomás Calvar Sancho e fuzilado em 15-III-1937 em Ferrol.
4. Guilherme Cedrão Gomes, comunista, «passeiado» e fuzilado em Ferrol em 18-VIII-1936 com Jaime Quintanilha.
5. Roberto Blanco Torres, «passeiado» e fuzilado no Entrimo em 3-X-1936; enterrado numa vala comum da igreja paroquial de San Fiz de Galez, no dito concelho.
6. Carlos Monasterio Baleiro morreu em combate nas fileiras republicanas em 21 de dezembro de 1938 em Fraga a causa de um ataque da aviação nazi-franquista.
7. Anjo Casal, «passeiado» e fuzilado em 19-VIII-1936 em Cacheiras, Compostela.
8. Vitor Casas Rei, condenado em Conselho de Guerra e fuzilado na Caeira, em Poio em 12-XI-1936.

A todos estes mártires haveria que somar as pessoas desterradas e outras assistentes cujos nomes não se conhecem.

Outro ato de luta em favor da união da Galiza com Portugal de Castelão foi o Álbum Nós, realizado entre os anos 1916-1918, em exercício da soberania estética galega, proclamada no Manifesto das Irmandades da Fala. Dentre as magistrais 49 estampas destaca pela sua mensagem estratégica de UNIÃO NACIONAL da Galiza com Portugal a estampa n.º 39 em que Castelão lhe dá voz a um menino que pergunta a um velho na beira galega do Rio Minho: E os da banda de lá são mais estrangeiros que os de Madrid? (Não se soube o que lhe respondeu o velho); lembra na estampa n.º 10 as pessoas assassinadas pela Guarda Civil em Osseira, Nebra e Sofão: «¡ Un padrenostriño polos que morreron en Oseira, Nebra e Sofán !» e lamenta o não emprego da violência popular para a libertação da Galiza na estampa n.º 17: «E que o seu brazo somentes sirva para guindar arbres !...» O Álbum Nós é um apelo ao povo galego, poderosamente retratado na sua escravatura e miséria, para o combate que liberte a Galiza da opressão do colonialismo. Inaugura-se a primeira exposição em março de 1920 em A Crunha e edita-se pela primeira vez em 1931.

Castelão ingressa no Seminário de Estudos Galegos em 1924 coincidindo com a exposição do Álbum Nós em Compostela. Seminário que em muito pouco tempo se torna galego-português, destacando Alexandre Rodrigues Cadarso, reitor da Universidade de Compostela onde cria como vice-reitor um Instituto de Estudos Portugueses. Castelão, «distinto professor do Instituto de Estudos Galegos» afirma no Diário de Lisboa de 30-X-1931: «Em Santiago damos cursos de português».

A atividade de Castelão não cessa embora em 1927 perdera a vista e em 1928 o único filho. Em 1929 viaja à Bretanha. O Seminário de Estudos Galegos publicaria em 1930 o seu estudo sobre As cruces de pedra na Bretanha e aprovou a publicação de As cruces de pedra na Galiza na que foi a sua última junta, em 1936, antes do golpe franquista.

À proclamação da República espanhola em 14-IV-1931 e ao Governo Provisório que convoca em 3-VI-1931 eleições às Cortes Constituintes republicanas para 28-VI-1931 responde Castelão dentro do Partido Galeguista da Ponte Vedra com uma intensa atividade de comícios que dá como resultado a eleição de Castelão como deputado nas Cortes de Madrid integrando-se no Grupo

Parlamentar da Federação Republicana Galega-ORGA denominado Minoria Galega que asinha começou a deixar de combater em favor do direito da Galiza a ter um Estatuto de Autonomia como a Catalunha o qual provocou protestos e a determinação, dentre outros, de Castelão de UNIR o galeguismo e assim se reúnem na Ponte Vedra para criar o Partido Galeguista no dia 7-XII-1931. Segundo J. Beramendi uma carta de Castelão a Rajoy Leloup conseguiu que o Concelho de Compostela convocasse Assembleia de toda a Galiza em 3-VII-1932 para em 17/19-XII-1932 ficar aprovado o Projeto de Estatuto para ser submetido a referendo. Imediatamente, em 10/12-I-1933, acontece o massacre de Casas Viejas e Alcalá Zamora, presidente da República espanhola, toma decisões durante esse ano de 1933 que favorecem a entrada no Governo à CEDA hitleriana criada em março de esse ano dois meses depois de Hitler ser nomeado chanceler.

Castelão está em Compostela para receber a Caravana Galeusca em 25-VII-1933 onde são tomados importantes acordos e em 11-VIII-1933, em Barcelona, discurso de Castelão perante Maciá que deixa «maravilhado» Álvaro das Casas.

Ingressa na Real Academia Galega em 25-VII-1934 com o discurso As cruces de pedra na Galiza respondido por António Villar Ponte.

Durante o Governo Lerroux-Gil Robles realizaram-se câmbios nos destinos dos militares golpistas para favorecer o golpe de Franco que foi ascendido a general de divisão – Gil Robles, como novo ministro de Defesa, nomeou Franco Chefe do Estado Maior. Bloquearam os Estatutos de Autonomia galego e basco e mesmo pretendiam suprimir o catalão para além de medidas contra o proletariado e o campesinato que provocam a Revolução de Outubro de 1934 esmagada por Franco e na repressão posterior à sua derrota, Castelão é desterrado em 25-X-1934 para Badalhouce onde escreve uma série de artigos que são o começo do Sempre em Galiza, o Adro, datado no livro em «abril-outono de 1935». O degredo de Castelão acabou em 6-IX-1935. Era ministro da Governação Manuel Portela Valadares que em 14-XII-1935 presidia o Governo até 19-II-1936.

Castelão pactua com Azanha, em dezembro, o Partido Galeguista se integrar na Frente Popular e autodeterminação política para a Galiza.

A FP ganha as eleições na Galiza com 26 deputados, Castelão dentre eles e em maio foi convocado para 28-VI-1936 o plebiscito do Estatuto de Autonomia amplamente referendado. A campanha foi protagonizada pela intensa atividade de Castelão e do Partido Galeguista. Em Madrid, em 15-VII-1936 entregam o Estatuto plebiscitado ao presidente das Cortes, Martinez Barrio, e o dia 17 a Azanha, presidente da República. Na tarde de esse dia 17 começa o golpe em Melilha e às 23h00 o falangista Yagüe, «o carneiro de Badalhouce», era dono de Ceuta.

Castelão ficou em Madrid porque perdera o derradeiro comboio para regressar à Galiza. Em dia 30 começou a recrutar milicianos para formar as Milícias Populares Galegas que em setembro tinham 900 combatentes com algumas mulheres. Santiago Alvares, integrado nas MPG, critica a Soares Picalho por não se integrar. A realidade foi que Castelão e ele se deslocaram a Barcelona no mês de agosto para tentarem organizar as MPG. Florêncio Delgado Gurriarão afirmará em 1980 que das 1200 pessoas combatentes que integravam as MPG em julho de 1936 ficaram somente duzentas e sessenta e três todas com comando. Coloca-se a questão de essas 937 pessoas organizadas em guerrilha na Galiza poderiam ter organizado e levantado o povo galego contra o nazi-fascismo.

Castelão começa o Adro do Sempre em Galiza citando Elvas – a praça portuguesa inimiga temporal de Badalhouce. No apartado V do Adro afirma que se ele for da Estremadura, para a libertar, seria socialista.

No Livro primeiro datado em Valência-Barcelona em fins de 1937, Castelão apela a Estaline, à sua definição de nação, para a aplicar à Galiza e explicar porque é uma nacionalidade mesmo reconhecida pela Sociedade das Nações e pela III Internacional.

Quanto ao idioma próprio, o galego, afirma que «podemos comunicar-nos com mais de sessenta milhões de almas», população que fala português no mundo e reitera que o galego fala-se «no Brasil, em Portugal e nas colónias portuguesas».

Castelão identifica galego com português portanto galego é o mesmo idioma que o português. Questão na que o seu pensamento foi falsificado, ocultado e combatido durante décadas, mais de meio século, mesmo na atualidade, no 75.º aniversário da sua morte.

Salienta o poeta mártir, Frederico Garcia Lorca que compus poemas em Galego sem citar Ernesto Guerra Da Cal.

Quanto aos méritos do idioma galego, chegaria com ser a fala do povo TRABALHADOR. A questão do idioma na Galiza é uma questão de democracia e liberdade.

Relativamente ao território da nação galega, «unidade étnica, difícil de reconstruir politicamente porque a fronteira portuguesa rouba-nos a esperança de anovar EM BREVE a comunidade nacional dos tempos suevos e visigóticos... O Berço e demais comarcas limítrofes de Ourense e Lugo se incorporem ao seio da sua nação natural... O tempo possibilite a RECONSTRUÇÃO TOTAL DA NOSSA UNIDADE... Não se pode crer que o rio Minho siga sendo um lindeiro perdurável de dous Estados».

Castelão afirma claramente querer REUNIFICAR a nação natural territorialmente integrada por Portugal, a Galiza, o Berço, a Seabra, e o ocidente de Astúrias.

Questão como a da língua, na que o seu pensamento foi falsificado, ocultado e combatido durante décadas, mais de meio século, mesmo na atualidade, no 75.º aniversário da sua morte.

Castelão reitera a identidade da língua galega e o idioma português nos «hábitos psicológicos refletidos numa COMUNIDADE DE CULTURA» afirmando que «a nossa língua seguiu florescendo em Portugal e o povo galego não quis esquece-la».

No apartado VIII do Livro Primeiro, Castelão destaca o reconhecimento do direito de autodeterminação na URSS nos artigos 16 e 17 da sua Constituição. Em concordância o PC hespanhol na proposta oficial de unificação dirigida ao PSOE em julho de 1937 incluía a seguinte condição: “8.º Reconhecimento do direito democrático de independência nacional para catalães, bascos e galegos, independência nacional que pode assegurar-se em forma real e perdurável a meio da união de todos os povos da Hespanha contra o inimigo comum, contra os feixistas espanhóis e os INVASORES GERMANO-ITALIANOS”.

No apartado XVIII do Livro Primeiro, Castelão faz homenagem aos muitos milhares de pessoas galegas que morreram assassinadas ou fuziladas por defenderem a República. O qual deveria constituir tema para publicar um grão livro.

Castelão começou a escrever o Livro Segundo nos primeiros dias do ano de 1940 em Nova Iorque e acabou-no datado em Nova Iorque-buque Argentina Janeiro-Julho de 1940. Dedicar-lhe um apartado inteiro à UNIDADE TERRITORIAL da Galiza «reconhecida pelo Império romano e consagrada pelo Reino dos Suevos»... estabelecida a fratura da Galiza com a independência de Portugal, Castelão escreve «a ideia de UNIFICAR a Galiza e constituir um Estado de homogeneidade nacional mantivera-na os portugueses até que o rio Minho...». E acrescenta «o território galego segue dividido politicamente pela fronteira que separa Portugal da Espanha... em terras portuguesas atopámos até ao Mondego o espírito originário da nossa comunidade nacional. Não ignoramos as dificuldades com que atoparíamos para UNIR AS DUAS GALIZAS DESLOCADAS... [a solução:] Confederação Ibérica... Também é seguro que a Galiza e Portugal se ajuntarão algum dia». E acaba o apartado XIX «os galeguistas arelávamos que Portugal se confederasse com a Hespanha para consagrarmos a irmandade galaico-portuguesa e restabelecermos os vencelhos culturais da nossa antiga comunidade, da nossa velha nação... se restaure a UNIDADE galega, se não na integridade da província romana ou do Reino Suevo pelo menos na do período cultural... “galaico-português”

No apartado XXI, Castelão define Portugal como a Galiza do além-Minho: «Portugal (a Galiza do alén-Minho)» (pag. 231 do S/G de Akal).

Reitera Castelão no apartado IV do Livro Terceiro datado em «Bós Aires. 1943.»: ...«porque uma grão parte de Portugal é um “retalho saído da Galiza” e vai mais alá».

Castelão toma partido em favor de Afonso Henriques face o seu co-irmão Afonso Raimundes, Imperador: «Assim, no entanto Afonso Raimundes foi erguido por Gelmíres ao sόlio da monarquia subjugadora, seu co-irmão Afonso Henriques – com menos letras e mais patriotismo – fundava o reino português sobre um naco de terra galega... Gelmíres... atraçou os nossos anseios e desviou as nossas energias criando um Imperador para Toledo em vez de formar um Rei para Compostela. Aos condes e prelados galegos nada lhes deve a Galiza... são culpáveis da DIVISÃO DO TERRITÓRIO PÁTRIO e de terem ajudado os castelhanos contra dos portugueses afundando

criminalmente a DIVISÃO...», recorre aos exemplos de Pai Gomes Charinho, almirante que toma Sevilha “siendo de moros», a lealdade de Fernando de Castro ao rei Dom Pedro o Cruel e depois de amaldiçoar os suevos afirma «o ser nacional da Galiza era poderoso e tinha folêgo de sobra para se impor ao resto de Hespanha...». O caminho que devia seguir a nobreza era «o de juntar-se a Portugal em vez de ajudar a Castela. A grandeza histórica de Portugal faz-nos ver hoje o que significaria para Hespanha uma restauração da antiga UNIDADE GALAICA – a dos romanos e suevos...».

No apartado VIII, mais uma vez, Castelão afirma a identidade do galego com o português, que são uma e única língua e recorre ao Padre Feijó que deixou escrito «língua lusitana ou galega... a língua galega não é distinta da portuguesa... o português e o galego são um mesmo idioma».

No final do apartado XVI escreve Castelão «a instauração desse regime [República federal] significaria para a Galiza... a irmandade com Portugal».

No apartado XVIII diz que «somos ardidados defensores da união ou aliança ibérica porque no fundo insubornável da nossa alma bule o anseio de achegar-nos a Portugal e de CONFUNDIR-NOS COM ELE... a única solução que nos praz é a do federalismo ibérico porque assim o nosso espírito, agora oprimido, confundir-se-ia com o português na missão conjunta de criar para o mundo atlântico uma nova civilização... qualquer dia afunda-se [a fronteira] política e os portugueses e galegos volvemos a falar e cantar no mesmo idioma... a potência era galega; a impotência [de Portugal] provém da desintegração galaico-portuguesa. Imaginemos o que seria uma integração das duas pátrias numa só nacionalidade e então o Império português seria hoje algo mais do que uma expressão retórica sublimada por Camões... os amores galaico-portugueses [Tereija-Peres de Trava, Inês de Castro-Pedro, Leonor-Conde de Andeiro] sempre foram trágicos, verdadeiros, e não se apaga o sangue que os afogou. Esse sangue trocou-se em fronteira de muito proveito para Castela e de muitos males para Portugal e Galiza...».

Castelão continua o seu raciocínio relativamente à UNIÃO NACIONAL da Galiza com Portugal nos apartados XIX, XX, XXI, XXII, no XXIII, onde a Assembleia de Lugo em 1918 é um referente do «interesse que nos inspirava Portugal», no XXIV, no XXV, as Revoltas irmandinhas, nos XXVI, XXVII, XXVIII, Reis Católicos, no XXIX, Castelão escreve que «por efeito das levas – segundo os Livros de Contaduria do Reino – a população da Galiza baixou em quinze anos – desde 1628 a 1643 – de cento e vinte cinco mil famílias a oitenta mil. Quarenta e cinco mil famílias desaparecidas! Mais de um terço da população! A nossa escravatura, a proibição do voto da Galiza nas Cortes castelhanas. «Por que a bravura galega não se sublevou? Porque carecíamos de armas, respondemos nós». No XXX, Castelão faz história de uma «nação conquistada, no XXXI, escreve «o que a Galiza pode ganhar tomando parte na SUBLEVAÇÃO PORTUGUESA...», escreve acerca da brutal espoliação da Galiza e quantifica a «carne de canhão» galega, espoliação que concretiza no XXXII ao denunciar que a Galiza pagara «a longa estrada do Guadarrama»... e a proclamar que «neste intre nós declarámo-nos separatistas da Hespanha e preferimos morrer no desterro a viver submetidos»; exemplifica a soberania da Galiza livre em 1808. No XXXIII denomina primeiro período da nossa escravatura (política) desde Isabel I a Filipe IV. No XXXIV denuncia a espoliação da Galiza por Castela na questão do trigo. No XXXV, reclama portos, estradas e um caminho de ferro direito à fronteira pirenaica e acaba o Livro Terceiro transcrevendo um seu discurso pronunciado em Montevidéu: «a vontade de existir [da Galiza] manifestada através de muitos séculos... e de muitos, muitos milhares de mártires».

O Livro Quarto datado no Paquebote Campana. Julho-Agosto do 1947 começa com a «Alva de Glória», para afirmar «as âlmas sem nome que em longas centúrias de TRABALHO» construíram a nação. No apartado II, «quando eu não era separatista do Estado hespanhol, porque ali ainda se podia viver»; chora por Jaime Quintanilha porque «era um grão patriota galego»; no IV, «Brasil, onde os seus habitantes falam um idioma nascido e criado na Galiza... o português não é outra coisa que o galego... falado por sessenta milhões de almas... manteve-se em todo auge como língua CULTA de Portugal. No V manifesta-se favorável a considerar a ideia dos Estados Unidos da Europa. No VI, referencia as iniciativas políticas de união nacional da Galiza e Portugal durante o século XIX e parte do XX. No VII e último, descreve as iniciativas políticas no século XX a

começar com o projeto de Estatuto do Seminário de Estudos galegos cujo artigo 5.º Poder-se-á agregar ao território da Galiza qualquer outro lindante. Os territórios lindantes da Galiza eram Portugal, a Seabra, o Berço e o Ocidente de Astúrias. Referencia o pacto de Azanha com ele nos fins de 1935: PG na FP e autodeterminação política da Galiza. Referencia as Cortes em México em novembro de 1945 que aprovam em dia 9 constituir a Comissão do Estatuto Galego e acaba o Livro com as quatro ideias da sua praxe: i. Autonomia integral para a Galiza ii. República Federal Hespânica para confederar-se com Portugal iii. Confederação Ibérica para ingressar na União Europeia iv. Estados Unidos da Europa para constituir a União Mundial.

Assim acaba Castelão o Sempre em Galiza, tratado político para a UNIÃO NACIONAL DA GALIZA E PORTUGAL através da fórmula de República Federal espanhola que confederada com Portugal na Confederação Ibérica permitiria criar uma ÚNICA FEDERAÇÃO da Galiza UNIDA a Portugal.

O legado de Castelão é UNIÃO NACIONAL da Galiza com Portugal e idioma galego o mesmo idioma que o português.

Neste Ano Castelão assistimos e assistiremos à FALSIFICAÇÃO PERMANENTE do seu pensamento sintetizado em Português, língua da Galiza e Galiza-Portugal nação única.

Falsificação que dura mais de 75 anos porque o nazi-franquismo narcotraficante encabeçado por Rueda que tiraniza a Galiza NUNCA vai deixar de combater contra a liberdade da Galiza representada por Castelão, isto é, a unidade galego-portuguesa na nação e na língua.

Infelizmente não são os únicos que falsificam, ocultam e combatem o pensamento de Castelão. Estão as pessoas alegadas nacionalistas que levam décadas neste exercício de reclamar e comemorar Castelão mas CENSURAR o seu pensamento a respeito de Portugal unido à Galiza e à identidade do galego e o português. Acontece o mesmo com Ricardo Carvalho Calero: Reclamam o seu legado e continuam na ORTOGRAFIA espanhola. Silêncio a respeito de Ernesto Guerra Da Cal. Uma boa mostra dessas pessoas alegadas nacionalistas é Pilar Garcia Negro entrevistada por Nós Diário. Manifesta-se indignada por que uma grande parte da obra de Castelão fique oculta e afirma «A manipulação de que é objeto não passa só por retalhar ou omitir questões fundamentais do seu ideário e da sua obra, se não por falsear diretamente ambos... Na sua defesa dum solução confederal autêntica, em virtude da qual todos os Estados federados da República pactuassem, em pé de igualdade, as competências exercíveis e as delegáveis» e aqui retalha ou omite Portugal, questão fundamental para a Galiza e para o seu pensamento e praxe que ocupa todo o Sempre em Galiza: retalha ou omite a «Confederação Ibérica integrada pela República Federal Hespânica e Portugal»; com esta fundamental fórmula política a Galiza poder-se-ia federar com Portugal numa única federação, a «irmandade da Galiza e Portugal».

Podemos ter a certeza de que uma brilhante inteligência como a de Pilar G. Negro é sabedora do papel estratégico que Portugal ocupava na cabeça de Castelão e no seu Sempre em Galiza. E não apenas de Castelão – do galeguismo desde a Assembleia Nacionalista de Lugo de 1918.

Castelão mantém uma intensa e estratégica relação com os portugueses Jaime Cortesão, Jaime Morais e Moura Pinto, os Budas, representantes da oposição ao Salazarismo desterrados no Brasil durante os anos 1944 e 1945. Castelão envia-lhes um documento em espanhol intitulado «Sugestiones para un proyecto de Alianza o de Unión Ibérica con Portugal». Os Budas nomeam Castelão como o seu representante perante o Governo republicano espanhol no exílio e mesmo lhe conseguem em Brasil um passaporte para viajar desde Buenos Aires a México via Brasil onde Castelão se encontra com eles.

Manuel Rodrigues Lapa amou Castelão [e a Galiza] intensamente e fez-lhe homenagem em Seara Nova N.º 1204-1207 em fevereiro de 1951 onde escreveu:

«A grande aspiração de Castelão era... a união de Portugal e Galiza, a terra que ele tanto amou e pela qual lutou até ao último alento».

Manuel Rodrigues Lapa com setenta e seis anos guiado pelo seu amor à Galiza publica em julho de 1973 na revista Colóquios/Letras um trabalho intitulado “A recuperação literária do galego” contrariando um outro de Ramão Pinheiro na mesma revista. Sucedem-se posicionamentos públicos contrários ao Rodrigues Lapa que referenciara Ernesto Guerra Da Cal como defensor da

ORTOGRAFIA portuguesa para o galego que Lapa defendia. Publica-se o Manifesto de Roma em abril de 1974 que defendia a identidade do galego e o português, a ortografia portuguesa para o Galego. Em 1976 Francisco Rodrigues publica Conflito lingüístico e ideologia na Galiza e afirma que galego e português são a mesma língua mas nega a ortografia portuguesa para o galego coincidindo com R. Pinheiro.

E aqui juntamos F. Rodrigues e Pilar Garcia Negro, duas notáveis figuras defensoras de Castelão mas desprovido de Portugal.

Assim será, prognosticamos, nos trabalhos recolhidos na coleção de Nós Diário cujos autores são: José Luís Ajeitos, Pepe Barro, Vitória Carvalho-Calero, Ugio Breogão Diéguez, José Ramão Ermida, Carmo Fernandes Peres-Sanjulião, Miguel Fernandes Cid, Maria Pilar Garcia Negro, João Carlos Garrido, Emílio Ínsua, Lois Ladra, Carlos Lopes Bernardes, Carlos Melha, Henrique Monte-Agudo, Tereija Navaça, Manuel Rei, Francisco Rodrigues e Miguel Anjo Seixas Seoane.

E nós reiteramos a Manuel Rodrigues Lapa:

«A grande aspiração de Castelão era... a união de Portugal e Galiza, a terra que ele tanto amou e pela qual lutou até ao último alento».

Em Ferrol, domingo, 23 de março de 2025
ASSDO: MANUEL LOPES ZEBRAL